



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Saúde, acerca das iniciativas e medidas adotadas para reduzir os prazos processuais para a obtenção de medicamentos de alto custo e a realização de cirurgias essenciais.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, acerca das iniciativas e medidas adotadas para reduzir os prazos processuais para a obtenção de medicamentos de alto custo e a realização de cirurgias essenciais. Neste contexto, solicito:

- a) Diante das informações apresentadas, quais são as medidas concretas que o Ministério da Saúde do governo federal tem adotado para reduzir os prazos processuais para a obtenção de medicamentos de alto custo, garantindo um acesso mais oportuno a esses tratamentos essenciais?
- b) Diante da importância de garantir o direito à saúde como um dever do Estado, como o Ministério da Saúde está trabalhando para agilizar os processos de aprovação e liberação de cirurgias essenciais, a fim de reduzir as filas de espera e proporcionar tratamentos oportunos aos pacientes?
- c) O Ministério da Saúde identificou os principais obstáculos que levam à demora nos prazos para a obtenção de medicamentos de





alto custo? Quais são esses obstáculos e como estão sendo enfrentados?

- d) De que maneira o Ministério da Saúde está assegurando que os pacientes dependentes de tratamentos de alto custo, seja através de medicamentos ou cirurgias essenciais não sejam prejudicados pelo agravamento de suas condições de saúde devido a demoras nos prazos processuais? Além disso, existem canais de comunicação ou instâncias de atendimento estabelecidas para que os pacientes possam obter informações sobre o andamento dos processos e também para reportar eventuais atrasos?
- e) Considerando a questão dos longos prazos para disponibilização de medicamentos de maior custo e para realização de cirurgias essenciais, de que maneira o Ministério da Saúde está estabelecendo colaborações com diferentes esferas governamentais, profissionais da área de saúde e demais partes interessadas para solucionar a questão dos prazos?
- f) O Ministério da Saúde está considerando a implementação de tecnologias ou soluções digitais para agilizar os processos?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

### JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, é necessário esclarecer que este requerimento de informações foi enviado ao Ministério da Saúde, considerando sua competência





ministerial amplamente relacionada à saúde pública e à gestão do sistema de saúde em âmbito nacional. O Ministério da Saúde desempenha um papel central na formulação e implementação de políticas, programas e ações voltados para a promoção, prevenção e tratamento de doenças, bem como na garantia do acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade. Dessa forma, solicitar informações ao órgão ministerial é um instrumento essencial para fiscalização, transparência e responsabilidade, permitindo que cidadãos, parlamentares e demais partes interessadas acompanhem de perto as decisões, alocação de recursos e resultados alcançados pelo ministério em relação à saúde da população.

Dito isto, é justo o direcionamento deste requerimento para tratar de temas relacionados à saúde como direito fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida de toda a população, que deve ser garantido.

O Estado tem o dever de desempenhar um papel crucial ao assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de saúde adequados e oportunos. Essa responsabilidade estatal deriva do reconhecimento da saúde como um direito humano básico e da obrigação do Estado de promover o bem comum e a igualdade social.

A demora nos prazos processuais para a obtenção de medicamentos de alto custo e cirurgias necessárias é uma questão que compromete diretamente o exercício desse direito. Pacientes que dependem de tratamentos específicos muitas vezes se veem enredados em burocracias legais e prazos prolongados, o que pode agravar suas condições de saúde, aumentar o sofrimento e, em casos extremos, até mesmo resultar em óbito.

A disponibilização de medicamentos de alto custo e cirurgias necessárias reflete uma postura de justiça social e equidade. A oportunidade de acessar tratamentos igualitários, independentemente da condição econômica dos pacientes, é vital para reduzir as discrepâncias de saúde existentes no país. As doenças não fazem distinção de classes





sociais, tornando essencial garantir o acesso a medicamentos de alto custo como parte das ações governamentais, como uma forma de diminuir as desigualdades no âmbito da saúde.

A implementação desses tratamentos também desempenha um papel crucial na promoção de resultados clínicos aprimorados. Muitas vezes, medicamentos de alto custo e cirurgias são a única opção viável para pacientes enfrentando condições de saúde debilitantes ou que colocam suas vidas em risco. A disponibilidade desses tratamentos pode resultar em uma melhoria substancial na qualidade de vida, reduzindo complicações de saúde e, conseqüentemente, diminuindo os custos associados a hospitalizações prolongadas e procedimentos médicos invasivos.

Nesse contexto, é vital que o Estado intervenha para garantir que os sistemas de saúde sejam ágeis e eficientes, minimizando atrasos e obstáculos desnecessários. Isso implica na implementação de mecanismos que agilizem os processos de aprovação e liberação de medicamentos de alto custo, bem como na redução das filas de espera por cirurgias essenciais. Tais ações não apenas respeitam o direito à saúde, mas também reforçam a dignidade humana e a justiça social.

Além disso, investir em melhorias nos sistemas de saúde não só atende às necessidades imediatas dos cidadãos, mas também contribui para a economia e para a estabilidade social. Ao garantir tratamentos oportunos, o Estado diminui a probabilidade de complicações de saúde que podem demandar recursos ainda maiores no futuro. Além disso, proporciona um ambiente de confiança na administração pública, ao demonstrar comprometimento com o bem-estar e a proteção dos direitos de seus cidadãos.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei





de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível federal, estadual e municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal **Amom Mandel** - Cidadania/AM

Sala de sessões, 24 de outubro de 2023.

Deputado **AMOM MANDEL**  
Cidadania/AM

Apresentação: 26/10/2023 09:26:31.223 - MESA

RIC n.2600/2023



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 / e-mail: [dep.amommandel@camara.leg.br](mailto:dep.amommandel@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230582765200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

